

**PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS REITERA UNIDADE E PREPARA A LUTA
DA CATEGORIA PARA O PRÓXIMO PERÍODO**

Reunidos em Plenária Nacional presencial, em Brasília no último dia 26 de setembro/2026, militantes de base dos sindicatos e oposições filiados a FENASPS reafirma a necessidade de unidade para a luta da categoria para o próximo período. Após importante debate da conjuntura, com foco no atual período eleitoral e avaliando os cenários pós eleições para presidente, governos Estaduais e Congresso Nacional, bem como as consequências para o conjunto dos Servidores e o Serviço Público, considerando o que se propõe os diferentes projetos políticos que vier a ser vitorioso.

Foram aprovados diversos encaminhamentos as carreiras do INSS, Ministérios da Saúde, Trabalho e ANVISA, convocando a categoria a ir para as ruas disputar os projetos que atendam suas demandas e fortaleça os Serviços Públicos, e o mais importante todos compreenderem que o voto tem consequências.

Foi também aprovado a realização de XVII Congresso da FENASPS (CONFENASPS) em 2027, prorrogando-se o mandato da atual Diretoria Executiva da Federação. Os informes e todos os encaminhamentos estarão no relatório final que será enviado para os sindicatos e publicado na home Page da FENASPS.

Diante do atual quadro político foi votado e aprovado moção política e também encaminhamentos

RESOLUÇÃO POLITICA APROVADA NA PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS

A Plenária Nacional da FENASPS, reunida em Brasília em 26 de setembro de 2026, aprova a seguinte resolução:

A conjuntura nacional e internacional é de profunda preocupação para a classe trabalhadora e suas organizações. O avanço da extrema direita e do fascismo em escala mundial aprofunda os ataques aos direitos dos trabalhadores e amplia as ameaças às liberdades democráticas. As ações militares de caráter genocida, a intensificação da corrida armamentista e as intervenções imperialistas contra países soberanos expressam um cenário de crescente violência e de violação do princípio da autodeterminação dos povos. Esses processos atingem tanto as condições de vida das populações quanto sua capacidade de organização e resistência.

Na América Latina, as ações do imperialismo estadunidense deixam de ser veladas e assumem a forma de intervenções militares diretas contra governos que não se alinham aos Estados Unidos nem se submetem à sua política de rapinagem.

Sob o pretexto da “guerra às drogas”, as ações armadas no continente sul-americano buscam assegurar os interesses estadunidenses na região, subordinando a soberania dos povos às exigências do império. O sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e de sua esposa, Cilia Flores, insere-se nessa escalada de agressões e de desrespeito à soberania nacional. Em Cuba o embargo criminoso imposto pelo imperialismo submete a população a condições de vida desumanas e degradantes, utilizando a privação material como instrumento de coerção política.

A defesa da autodeterminação dos povos e o enfrentamento às intervenções imperialistas constituem, portanto, tarefas das organizações da classe trabalhadora. A luta contra essas agressões é inseparável da defesa do direito de cada povo decidir seu próprio destino, sem submissão a interesses externos e sem a imposição de bloqueios, ameaças ou ações militares.

No Brasil, aproximam-se as eleições em um cenário de disputa acirrada. A extrema direita golpista e entreguista anuncia um projeto de retirada de direitos, de aprofundamento dos ataques às conquistas sociais e de intensificação do arrocho fiscal. A defesa de novas contrarreformas da Previdência e Administrativa integra essa ofensiva, que também atinge diretamente os instrumentos de organização e luta dos trabalhadores, como partidos, sindicatos e movimentos sociais.

Esses ataques fazem parte de um mesmo projeto: impor retrocessos às condições de vida e de trabalho e enfraquecer a capacidade de resistência da classe trabalhadora. A ameaça às liberdades democráticas está assim diretamente relacionada à tentativa de restringir a organização coletiva e abrir caminho para novas perdas de direitos.

Nesse sentido é tarefa central das organizações da classe trabalhadora, entre elas a FENASPS e seus sindicatos filiados, orientar e mobilizar a categoria para enfrentar e derrotar nas urnas e nas ruas, o projeto fascista e entreguista da direita brasileira. A atuação no processo eleitoral deve estar articulada à organização nos locais de trabalho e à mobilização coletiva, fortalecendo a capacidade da categoria de enfrentar os ataques aos seus direitos.

Dessa forma orientamos toda a categoria a não votar em candidatos que defendam a retirada de direitos, ataquem as liberdades democráticas e as minorias ou estejam alinhados ao imperialismo. Essa orientação exige ampliar o debate com a base sobre os projetos em disputa e suas consequências para os trabalhadores vinculando a luta eleitoral à defesa dos direitos sociais, da soberania dos povos e da liberdade de organização.

Considerando esse cenário e a necessidade de assegurar a continuidade das tarefas de organização e mobilização, indicamos a prorrogação do mandato da atual diretoria até 30 de janeiro de 2028, bem como a realização do CONFENASPS em 2027. Esse encaminhamento deve levar em conta a avaliação da conjuntura e a preparação do congresso, articulada ao debate com a categoria e ao fortalecimento da luta coletiva.

Brasília, 26 de setembro de 2026.